LEI COMPLEMENTAR Nº 016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

Dá nova redação ao item 4.1 do anexo viii da lei complementar nº 002, de 1997 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE (MG)

Art. 2º A Taxa de Expediente cobrada por instituições financeiras autorizadas, mediante contrato ou instrumento congênere, a receber tributos, tarifas ou preços públicos para a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta não poderá ser superior ao valor fixado na forma do art. 1º desta Lei Complementar.

artigo, serão utilizados os valores e critérios estabelecidos no art. 20 da Lei

Parágrafo único. Na hipótese de o contrato ou instrumento congênere fixar, a título de administração, valor superior ao previsto nesta Lei Complementar, o resíduo será suportado diretamente pelo Tesouro Municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Cabeceira Grande-MG, 19 de Dezembro de 2007.

Complementar 11, de 30 de novembro de 2006.

ANTÔNIO NAZARÉ SANTANA MELO Prefeito Municipal